**Mercantilismo, O**

**As práticas mercantilistas dos Estados Absolutistas**

Os Estados europeus absolutistas desenvolveram ideias e práticas econômicas, posteriormente denominadas **mercantilismo**, cujo objetivo era fortalecer o poder dos reis e dos países através da acumulação interna de ouro e de prata.

De acordo com as ideias econômicas da época, o ouro e a prata traziam o crescimento do comércio e das manufaturas, permitiam a compra de cereais e de lã para o consumo da população, de madeira para a construção de navios e possibilitavam a contratação, pelo rei, de exércitos com soldados, armas e munições para combater os inimigos do país ou para conquistar territórios. A quantidade de ouro e de prata que um país possuísse era, portanto, o índice de sua riqueza e poder, "Um país rico, tal como um homem rico, deve ser um país com muito dinheiro e juntar ouro e prata num país deve ser a forma mais fácil de enriquecer." (Citado por A. Smith, em Causa da riqueza das nações.)

Para obter o ouro e a prata, as nações que não possuíam colônias que os fornecessem (como a Espanha e mais tarde Portugal), deveriam procurar vender aos outros países mais do que deles comprar, gerando assim, uma balança comercial favorável.

Numerosos documentos da época moderna retratavam claramente a importância que se dava à acumulação de ouro e de prata e ao saldo favorável na balança comercial: "A única maneira de fazer co m que muito ouro seja trazido de outros reinos para o tesouro real é conseguir que grande quantidade de nossos produtos seja levada anualmente além dos mares, e menos quantidade de seus produtos seja para cá transportada".*Documentos econômicos dos Tudors*. Citado por HUBERMAN, Leo. História da riqueza do Homem. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, P. 130) "O comércio exterior é a riqueza do soberano, a honra do reino, a nobre vocação dos mercadores, nossa subsistência e o emprego de nossos pobres, o melhoramento de nossas terras, a escola de nossos marinheiros, o nervo de nossa guerra, o terror de nossos inimigos." (THOMAS MUN, Englandls Treasure by Foreing Trade" 1622. Citado por DEYON, Pierre. O Mercantilismo. São Paulo, Editora Perspectiva, p. 54)

Visando a obtenção do ouro e o saldo comercial favorável, os governos absolutistas passaram a interferir na economia de seus países, estabelecendo o protecionismo alfandegário através da cobrança de altos impostos sobre os produtos importados, estimulando a fabricação interna de mercadorias e concedendo prêmios e facilidades às exportações. Além, disso, os reis transformaram a exploração e o comércio de determinadas matérias-primas em monopólio do Estado ou de determinados súditos e favoreceram os empreendimentos coloniais.

A intervenção dos governos via protecionismo, monopólios e exploração colonial, fortaleceu os reinos e enriqueceu a burguesia que acumulou grandes lucros com tais práticas. Os **mercantilistas**consideravam a agricultura uma atividade secundária em relação ao comércio e a produção de manufaturas, devendo apenas fornecer gêneros alimentícios à população, a baixos preços. Dessa maneira, os comerciantes e os empresários eram favorecidos, pagando salários reduzidos aos seus trabalhadores.

As práticas de mercantilismo promoveram o desenvolvimento do comércio, incentivando o aparecimento de novos sistemas de produção de manufaturas (além das corporações de ofício existentes desde a época medieval) e estabeleceram o sistema colonial que vigorou até o início do século XIX.

**O Desenvolvimento das Manufaturas**

A crescente procura de mercadorias gerada pelo **mercantilismo**estimulou a produção doméstica e a criação de oficinas de manufaturas que em longo prazo causaram a decadência das corporações de ofício. Tais sistemas desenvolveram-se em função da ação do mercadores-fabricantes que se interpôs entre o produtor e o consumidor. Ele era o empresário burguês que, de posse do capital, fornecia ao artesão a materia-prima, as ferramentas, pagava salário e se encarregava da venda do produto onde houvesse procura. As práticas intervencionistas e protecionistas foram herdadas das cidades medievais, onde os mercadores e os mestres das corporações de oficio monopolizavam e protegiam seus mercados da concorrência de outras cidades. Tendo contribuído para tornar as cidades medievais ricas e poderosas, tais medidas foram adotadas pelos monarcas absolutistas a nível nacional.

A atuação do mercador-fabricante foi muito importante na produção domestica têxtil (fiação e tecelagem da lã) e de artigos de couro. Ele entregava ao camponês, em sua casa, a matéria-prima e as ferramentas e recebia posteriormente, o produto pronto, em troca de um salário. O camponês e sua família trabalhavam no período de inatividade no campo, conseguindo aumentar a renda doméstica.

O sistema de produção caseiro era vantajoso para o mercador porque utilizava a mão-de-obra mais barata do trabalhador rural e também fugia das restrições impostas pelas corporações de ofício que impediam a introdução de inovações técnicas para evitar a concorrência. Por outro lado, oferecia algumas limitações, como o pequeno controle de qualidade por falta de padronização e a dificuldade de fiscalização sobre a matéria-prima entregue ao camponês e sua família.

A partir do século XVI, desenvolveu-se também as produções realizadas em oficinas localizadas nas cidades. O mercador-fabricante reunia um certo número de artesãos num determinado local; fornecia a matéria-prima, as ferramentas e se apropriava da produção, pagando por tarefa ou salário. O artigo era fabricado segundo o princípio da divisão do trabalho, isto é, cada artesão executava apenas uma parte do produto, de modo que a mercadoria só estava acabada após passar sucessivamente por várias mãos. A divisão do trabalho trouxe um significativo aumento da produtividade.

A produção manufatureira encontrava-se dispersa no campo e nas cidades e o empresário ainda não exercia um controle direto sobre o operário-artesão, visto que este ainda dominava todas as fases da produção. À medida que crescia a demanda de mercadorias, aumentou também o controle sobre o trabalhador, forçando a população ao trabalho regular e sistemático. As pessoas que se recusavam eram punidas com prisões, multas e castigos pelas leis em vigor. O pagamento de salários, a disciplina e a técnica foram se impondo e se generalizando. Os mercadores-fabricantes tornaram-se empresários capitalistas bem sucedidos. Os investimentos realizados por eles resultaram em avanços técnicos que aumentaram a produção e os lucros a custos menores. Sua ação alterou profundamente o sistema de produção, caracterizando a fase de "manufatura" específica dos séculos XVI, XVII e XVIII que antecedeu o surgimento da indústria mecanizada.

**O Mercantilismo e o Sistema Colonial**

A exploração dos domínios ultramarinos enquadrava-se na prática do protecionismo e do intervencionismo das monarquias absolutistas europeias. A função da colônia era suplementar a economia de sua metrópole, produzindo matérias-primas, metais preciosos e gêneros agrícolas de alto valor no mercado.

O comércio com as colônias era exclusividade da burguesia metropolitana, que vendia produtos manufaturados e escravos a preços elevados e adquiria as mercadorias coloniais a preço reduzido. Além disso, as colônias eram proibidas de comerciar diretamente com outras nações e não podiam se dedicar à indústria e à navegação. Esse comércio desigual, fonte constante de atrito com os colonos, foi denominado "pacto colonial".

Ao "pacto colonial" estavam submetidos, na América, o Brasil, colônia portuguesa produtora de açúcar e de ouro; as colônias espanholas, vasto território que ia do México a Argentina, fornecedoras do ouro e da prata que mantiveram a Espanha como grande potencia até o século XVII; e as treze colônias inglesas no litoral leste da América do Norte, menos valorizadas por não possuírem condições de fornecer metais ou gêneros tropicais à Inglaterra.

A venda de monopólios sobre a exploração dos produtos coloniais de suas vastas possessões permitia à monarquia portuguesa sustentar a nobreza, o clero, uma dispendiosa burocracia e soldados na defesa das feitorias espalhadas pelo Atlântico, Indico e Pacífico. Entretanto, por não ser centro produtor de manufaturas, Portugal transformou-se num simples intermediário entre o ultramar e os mercados europeus. Os produtos orientais e brasileiros, que chegavam a Lisboa, capital do reino português, iam para Londres ou para Antuérpia (um dos maiores centros de comércio do norte europeu, estrategicamente situada á foz dos rios Reno e Mosa), onde eram revendidos para o resto da Europa, enriquecendo as burguesias inglesa e holandesa.

Portugal tornou-se grande importador de produtos manufaturados dos países europeus, para atender às necessidades de consumo da corte, do exército e da população das cidades e das colônias.

O poderio português na área asiática somente foi contestado em fins do século XVI, quando os holandeses, através da Companhia Holandesa das Índias Orientais, arrebataram o lucrativo comercio asiático. Em meados do século XVII, Portugal perdeu o monopólio da venda do açúcar brasileiro no mercado europeu, após a invasão do Nordeste pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e início da concorrência da produção açucareira na região do Caribe.

Em consequência da decadência dos negócios do açúcar, o governo metropolitano incentivou a pesquisa mineral no Brasil, obtendo os primeiros resultados favoráveis em 1693. Durante o século XVIII, cada vez mais necessitado do metal precioso para pagar suas importações de manufaturados, Portugal exerceu uma dura fiscalização da região mineradora, exigindo da população local o pagamento de impostos cada vez mais elevados.

A Espanha, que possuía uma importante manufatura de tecidos, se das e armas, também não conseguia atender à demanda de sua população, tendo de recorrer às importações pagas com o ouro americano. Dos metais preciosos chegados à Europa, via Espanha, 20% eram utilizados pelos reis espanhóis na manutenção do exército e na compra de armas e de munições. O restante ficava em mãos de burgueses, nobres e conquistadores, sendo empregado na compra de tecidos, vinhos, armas, mobílias e joias, além de serviços comerciais e de transporte.

Os Países ibéricos enfrentaram o protecionismo alfandegário da Holanda, França e Inglaterra, a pirataria, os naufrágios e as enormes despesas em armas e soldados para garantir as rotas das Índias e da América, fato que levou o historiador Manuel-Nunes Dias a afirmar que Portugal e Espanha tornaram-se prisioneiros da pimenta e do ouro. Ao se esgotarem as minas de ouro e de prata, ambos entraram em decadência suplantados pelos países produtores de manufaturas.

**Mercantilismo e a Revolução Comercial**

O desenvolvimento do comércio europeu, nos séculos XV, XVI e XVII, favorecido pelas práticas de **mercantilismo** das monarquias absolutistas, foi também chamado de "revolução comercial". A revolução comercial caracterizou-se pela integração da América, África e Ásia à economia europeia, através da navegação pelo Oceano Atlântico; pelo aumento da circulação de mercadorias e de moedas; pela criação de novos métodos de produção de manufaturas; pela ampliação dos bancos, dos sis temas de crédito, seguros e demais operações financeiras. O crescimento to da agricultura, da mineração, da metalurgia, da navegação, da divisão do trabalho, do comércio colonial promoveu uma grande acumulação de capital preparando a Europa para avanços importantes na produção o corridos a partir do século XVIII.

**Que papel desempenhou o mercantilismo na exploração e colonização da europeia?**

O papel desempenhado pelo **mercantilismo** foi primordialmente o de busca por fortuna,  onde se procurou explorar novas terras para servir de plantio e a exploração de mão-de-obra para vender de mercadorias manufaturadas.

As cidades europeias naquela época buscavam a todo custo tornarem-se mais ricas em busca de mais poder. Queriam exportar mais e importar menos. Por não possuir todos os recursos para o seu desenvolvimento, muitas nações como a Inglaterra criaram colônias onde poderiam produzir/explorar as matérias-primas e enviar de volta ao país onde os produtos seriam produzidor e enfim comercializados aumentando a riqueza do país e consequentemente seu poder.